



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO: 42263/2009 (apensos de nºs 272.000.539/2009-GDF – aposentadoria e 61.006.973/1990-GDF – acumulação de cargos)

RELATOR: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha

PARECER: 590/2014–MF

EMENTA: Aposentadoria voluntária. Proventos integrais. Acúmulo de cargos constatado. Diligência. Cumprimento. Insuficiência probatória quanto ao requisito da compatibilidade horária. Nova diligência, com determinação de ciência ao servidor interessado da possibilidade de apresentar razões de defesa. Contraditório oferecido e juntada de novos documentos pela jurisdicionada. Configuração de acumulação ilícita por incompatibilidade horária. Instrução manifesta-se pela insubsistência da defesa e determinação de nova diligência. Parecer parcialmente convergente. Evidência de prática de ato de improbidade administrativa. Pela improcedência da defesa, imediato julgamento pela negativa de registro do ato de aposentadoria, com os consectários legais daí decorrentes, entre outras providências.

Retornam ao Ministério Público os autos da aposentadoria de José Silvério Assunção, matrícula nº 114.901-6, no cargo de Médico, Classe Especial, Padrão V, conforme ato publicado no DODF de 14.08.2009 (fl. 70-apenso/aposentadoria).

2. Em última análise do feito, o Tribunal proferiu a Decisão nº 975/2014 (fl. 94), de seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I** – reiterar à **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**, para que cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, o inteiro teor da Decisão nº 4.629/2013, vazada nos seguintes termos: “*a) diligenciar novamente junto ao Senado Federal para comprovar, documentalmente (com registros de frequência, preferencialmente), o cumprimento pelo servidor da carga horária a que estava obrigado a satisfazer naquele órgão federal, seja para ratificar a forma discriminada à fl. 178-apenso/aposentadoria (nos turnos matutino, vespertino ou ainda em regime de plantão - noturno ou finais de semana), seja aquela noticiada nos expedientes de fls. 182 e 185-aposentadoria/aposentadoria (de segunda a sexta-feira, das 14:00 às 18:00 h), seja, ainda, outra modalidade de jornada, considerando os registros constantes no processo de acumulação de cargos também em apenso; b) colhidos novos registros, refazer, caso necessário, o quadro de compatibilidade de horários e, se atestadas as ocorrências ilícitas, cientificar o servidor para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, oferecer razões de defesa a esta Corte de Contas, sob pena de vir a ser considerada ilegal a acumulação de cargos e, por conseguinte, negado registro à aposentadoria tratada nos autos.*” **II** – alertar o titular da **Secretaria de Estado de Saúde do**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

Distrito Federal – SES/DF para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar n.º 1/1994, caso a nova determinação não seja atendida; **III** – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.”

3. Em cumprimento, vieram aos autos os documentos de fls. 232/363-apenso/aposentadoria, por parte da jurisdicionada, consistentes nas folhas de ponto assinadas pelo servidor no tocante ao vínculo com o Senado Federal, relativas ao período julho/2006-agosto/2009, e em novos quadros de compatibilidade horária, bem como defesa subscrita por representante legal do interessado, vista às fls. 96/120 deste feito, acompanhada das peças de fls. 121/143, os quais são objeto de análise nesta fase processual.

4. O órgão técnico, ocupando-se, primeiramente, dos elementos carreados àquele feito apenso, observa que as referidas folhas de ponto indicam que o servidor cumpriria jornada de 30 horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, de 7h às 13h. De outra parte, do cotejo desses dados com os registros de frequência relativos ao vínculo com a SES (fls. 117/177-apenso/aposentadoria), todos compilados nos sobreditos quadros de compatibilidade horária, pode constatar *“a existência de choques de horários (com coincidência total entre as jornadas dos cargos acumulados), em diversos dias, a cada mês do período analisado, e a inexistência de intervalos entre jornadas.”*

5. Após essa breve exposição inicial, dedicou-se o corpo instrutivo a examinar as razões de defesa oferecidas pelo patrono do interessado, assim o fazendo, primeiramente, em relação às preliminares suscitadas:

“11. Preliminarmente, o defendente suscitou decadência e perda de objeto. Quanto à decadência, alegou que a acumulação de cargos públicos discutida no presente processo fora considerada regular pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal em 1990, no Processo Administrativo nº 061.006.973/1990, e que, portanto, seria um desacerto rediscutir a questão no Processo Administrativo nº 272.000.539/2009, porque, após, tanto tempo já ter-se-ia ocorrido a decadência, prevista no caput e § 1º do artigo 54 da Lei nº 9784/1999.

12. A perda de objeto teria ocorrido porque como já se encontra aposentado em ambas as repartições públicas, não existe mais a incompatibilidade de cargos, e, assim, o interessado não poderia ser alcançado por qualquer entendimento desfavorável, visto que não precisaria fazer opção nos moldes do artigo 133, § 5º da Lei nº 8.112/1990¹.

13. Quanto à decadência, ressalte-se que o Plenário desta Corte, ao analisar o Processo nº 905/2011, proferiu a Decisão nº 5417/12, na qual (em seu item II) decidiu manter o entendimento, constante da Decisão nº 1675/03, no sentido de considerar inaplicável o art. 54 da Lei Federal nº 9.784/99, recepcionada pela Lei nº 2.834/01, quanto a obstar o exercício do controle externo a cargo desta Corte, ao mesmo tempo em que reafirmou os termos da Decisão Normativa TCDF nº 03/11, de oportunizar ao interessado o exercício prévio do contraditório e da ampla defesa, se da análise da legalidade da concessão ou respectiva revisão



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

resultar indicação de correção que afete seus interesses, quando os correspondentes atos (físicos ou eletrônicos) tenham sido recebidos pelo Tribunal há mais de cinco anos da data da constatação da possível irregularidade:

“O Tribunal (...) decidiu: (...) II - responder à jurisdicionada que o Tribunal mantém o entendimento, constante da Decisão nº 1.675/03, que considera inaplicável o art. 54 da Lei Federal nº 9.784/99, recepcionada pela Lei nº 2.834/01, quanto a obstar o exercício do controle externo a cargo desta Corte, sem prejuízo de se aplicar o que deflui da Decisão Normativa TCDF nº 03/11, no sentido de oportunizar, preliminarmente, ao interessado o exercício do contraditório e da ampla defesa, desde que, no momento da apreciação, para fim de registro, da legalidade da concessão de aposentadoria, pensão e reforma, e respectiva revisão que altere o fundamento legal, verifique-se que o correspondente ato, físico ou eletrônico, tenha sido recebido pelo Tribunal há mais de cinco anos da data da constatação da irregularidade, cuja correção afete-lhe os interesses;...”

14. Além do mais, a compatibilidade de horários deve ser aferida a qualquer tempo. Jornadas compatíveis podem tornar-se incompatíveis e vice-versa.

15. Equivocadamente, a defesa alegou perda de objeto, na suposição de que, por estar aposentado nos dois cargos, o servidor não precisaria fazer a opção prevista no artigo 133, § 5º da Lei nº 8.112/1990. Esse dispositivo fora incluído na Lei nº 8.112/90 pela Lei nº 9.527/97. Vejamos:

(...)

16. Ao contrário do que afirma a defesa, o que se vê na transcrição acima é que a acumulação ilícita de cargos públicos pode ser detectada a qualquer tempo, e, uma vez detectada, o servidor deverá ser notificado para optar por um dos cargos no prazo de 10 dias (improrrogáveis), ficando configurada a boa-fé se a opção for apresentada até o último dia desse prazo.

17. Por oportuno, ressalta-se que o § 5º do artigo 33 da Lei nº 8.112/1990 não se aplica ao presente caso, pois fora incluído na Lei nº 8.112/1990 em dezembro de 1997, por meio da Lei nº 9.527/1997, e as alterações na Lei 8.112/1990 posteriores à edição da Lei 197/1991, apenas se aplicam aos servidores distritais quando recepcionadas por lei local, conforme já decidido pelo TJDF:

(...)

18. Sobre o mesmo assunto, no TCDF fora autuado o Processo nº 1.568/1998 por provocação do MPjTCDF (Representação nº 001/98-CF), para discutir a aplicação das alterações promovidas na Lei nº 8.112/1990 pela Lei nº 9527/1997 no âmbito do Distrito Federal. Por meio da Decisão nº 2053/1999, o egrégio Plenário determinou que esse processo fosse apensado ao de nº 3.175/1996, no qual já se discutia se seriam aplicáveis aos servidores distritais as alterações na Lei nº 8.112/1990 promovidas pelo Governo Federal em data posterior à da edição da Lei nº 197/1991. A discussão foi concluída com a prolação da Decisão nº 5.134/2007, que em seu item VII, dispõe:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

VII) determinar: a) a desapensação do Processo nº 1568/98; b) o arquivamento dos autos, bem como do Processo nº 1568/98, tendo em conta o entendimento de que leis federais, relativas a servidores públicos e sua remuneração, editadas após a vigência da Lei Distrital nº 197/91, carecem da chancela do legislativo local para serem aplicadas ao DF.

19. Assim, a Lei nº 9.527/1997 não se aplica aos servidores distritais porque não fora recepcionada pelo Poder Legislativo local. Portanto, para o presente caso, deve ser observada a redação do artigo 133 da Lei nº 8.112/1990, em sua redação original:

(...)

20. Como se lê no trecho transcrito, quando constatada a acumulação ilícita de cargos públicos, se presente a boa-fé, o servidor poderá optar por um dos cargos e, em caso de má-fé, perderá os dois cargos.

21. Carece de fundamento a ideia de que o servidor, por já estar aposentado nos dois cargos, seria imune à constatação de irregularidade na acumulação de cargos públicos durante a atividade. Como se pode ver na ementa abaixo transcrita, o STF decidiu em sentido totalmente contrário:

RE 249355 AgR / RJ – RIO DE JANEIRO
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI

Ementa

EMENTA Agravo regimental em recurso extraordinário. Servidor público. Pretendido recebimento cumulativo de dois proventos de aposentadoria. Cargos inacumuláveis na atividade, nos termos da Constituição Federal de 1988. Impossibilidade. Precedentes. 1. A jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de ser proibida a acumulação de aposentadoria e vencimento decorrentes de cargos não acumuláveis, bem como a acumulação de aposentadorias em uma tal situação. 2. Agravo regimental não provido. (o grifo não é do original)

22. Assim, se as acumulações de proventos de aposentadoria apenas são admitidas quando esses proventos decorrem de cargos acumuláveis na atividade, o fato de estar aposentado nos dois cargos não torna o interessado imune aos efeitos de possível acumulação irregular de cargos públicos e somente a boa-fé lhe permite fazer opção por um dos proventos.”

6. Rejeitando, pois, as preliminares aventadas, passou o órgão instrutivo, na sequência, a enfrentar os argumentos de mérito, nos seguintes termos:

“24. No mérito o defendente alegou que teria ocorrido ofensa ao princípio da legalidade uma vez que as únicas exigências para a acumulação de cargos tratada nos presentes autos seria a existência da compatibilidade de horários e serem os cargos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, no caso em espécie, de médicos. Não haveria então previsão legal para a limitação da



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

jornada em 60 horas. Para apoiar sua argumentação citou Ementas do STJ e do TJDF (fls. 117/119) e, ainda, o Parecer nº 1891/2012-PROPS/PGDF (fls. 122/139). Além disso, acrescentou que o TCDF não teria competência normativa ou técnica, para editar normas relativas à duração da jornada de trabalho que não seja a dos servidores de seu quadro.

25. As determinações do TCDF constantes na Decisão nº 4629/2013, reiteradas na Decisão nº 975/2014, de forma alguma ofenderam ao princípio da legalidade por limitação de jornada de trabalho, porque não se determinou nenhuma limitação da duração da jornada em 60 horas semanais, mas sim que fosse verificada a efetiva compatibilidade de horários, medida que está de acordo com o entendimento contido em todas as ementas de Acórdãos do STJ e do TJDF citadas pelo defendente, e ainda com o Parecer da Procuradoria-Geral do DF, pois todos esses documentos reafirmam a necessidade de se comprovar a compatibilidade de horários.

26. Alegou também ofensa ao princípio da ampla defesa e do contraditório porque, antes de qualquer determinação que resultasse em redução ou interrupção valorativa, ao interessado deveria ter sido concedido pleno conhecimento sobre a eventual irregularidade tratada pelo TCDF. O prejuízo ao interessado teria ocorrido por falta de especificação da violação normativa, pois no subitem “b” da Decisão nº 975/2014, esta Corte de Contas teria determinado à SES “*que notificasse o servidor eventualmente alcançado pelo consignado na decisão nº 4629/2013 – TC/DF para que, querendo, se dispusesse a apresentar suas razões de justificativa, sem delinear a efetiva irregularidade ou infração de caráter administrativo.*”. (o grifo não é do original)

27. Também não houve ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório pelo TCDF ao proferir as determinações constantes na Decisão nº 4629/2013, reiteradas na Decisão nº 975/2014. Primeiro porque, conforme consta nos documentos de fls. 144/145, até agora, em decorrência dessas determinações não ocorreu nenhuma redução valorativa nos proventos pagos ao servidor. Segundo porque, conforme consta à fl. 316 do apenso-aposentadoria, em 13/03/2014, o interessado recebeu cópia do Processo nº 272-000.539/2009 (o processo de aposentadoria do interessado) para apresentar defesa junto ao TCDF. Se ele teve acesso a todo o processo, mesmo que tivesse dúvidas a respeito do conteúdo da decisão desta Corte de Contas, certamente ficou sabendo, que o que se busca é que seja demonstrada a compatibilidade entre a carga horária cumprida na SES e a cumprida no Senado Federal.

28. O defendente salientou que o interessado sempre agiu de boa-fé e que a postura do Tribunal de aferir de forma rígida a compatibilidade das jornadas contraria a máxima de que a Constituição não se interpreta por tiras e preconiza um arremedo de licitude, o qual ofende tanto ao princípio da eficiência quanto à supremacia do interesse público.

29. A boa-fé não legitima o exercício irregular de cargos públicos, ela permite que o servidor faça a opção por um dos cargos, quando constatado o acúmulo irregular. E é no mínimo contraditório alegar que o cumprimento da lei



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

fere a quaisquer princípios jurídicos. O interesse público não se coaduna com a burla das normas legais.

30. Salientou, ainda, que as escalas apresentadas nos presentes autos ***não eram rígidas e imutáveis no caráter prático executório***, mas possuíam caráter secundário, apenas formal. Destacou que no Senado Federal, o servidor cumpria horário de 08:00 às 12:00, mas que naquele órgão os médicos eram frequentemente escalados em plantões noturnos a serem compensados durante as semanas. Destacou, ainda, que na Secretaria de Saúde do DF existia a escala oficial, para fins de formalidades burocráticas, e a escala oficiosa, planejada e alterada conforme a necessidade do serviço ou solicitação da chefia/administração.

31. Neste ponto é oportuno destacar que os atos administrativos têm a presunção de legalidade, assim, a folha de ponto dita apenas formal, “*para efeito burocráticos*”: é a que de fato conta para comprovar a frequência do servidor ao trabalho. Se foram apresentadas as folhas de ponto assinadas pelo servidor José Silvério Assunção no exercício dos dois cargos por ele acumulados, o pressuposto é que ele cumpriu a carga horária de trabalho no Senado Federal e na Secretaria de Saúde do DF na forma que está expressa nesses documentos. Só que as folhas de ponto demonstram o impossível: que em alguns dias, o servidor estava em dois lugares distintos, ao mesmo tempo.

32. O defendente destacou também que “(...) como a carga horária levada a efeito pelo interessado ***era plenamente compatível entre os dois vínculos, e seus horários em ambos órgãos eram integralmente cumpridos sem choque***, conforme mencionado alhures, nunca houve questionamento a esse respeito”.

33. O alegado pelo defendente é negado pelos documentos juntados aos autos. Contradizendo as informações da defesa, de que o servidor sempre trabalhara no Senado Federal de 08:00 hs às 12:00 hs, as folhas de ponto vistas às fls. 232/269 do apenso-aposentadoria, demonstram que, de julho de 2006 a agosto de 2009, ele lá trabalhou de segunda a sexta-feira de 07:00 hs às 13:00 hs (30 horas semanais). E, conforme consta nas folhas de ponto vistas às fls. 140/177 do apenso-aposentadoria, dentro do mesmo período (de julho de 2006 a agosto de 2009), ele também, por diversos dias, trabalhou na SES/DF de 07:00 hs às 13:00 hs.

34. Nos Quadros de Compatibilidade de Horários (fls. 282 a 307 do apenso-aposentadoria), fica claro que entre julho de 2006 a agosto de 2009 (com exceção das férias e das licenças-prêmio) em todas as semanas houve pelo menos um dia de choque integral de jornada (fls. 284/285, 288/292, 294 e 306/307 do apenso-aposentadoria), na maior parte do período houve choque de dois dias por semana (fls. 270/280, 293/298, 300/304 e 306 do apenso-aposentadoria) e, algumas semanas chegou a ocorrer até três choques integrais (fls. 272, 304/305 do apenso-aposentadoria).

35. Como é impossível estar em dois lugares distintos ao mesmo tempo, nos dias em que o servidor estava trabalhando no Senado Federal de 07:00 hs às 13:00 hs, não poderia, nesse mesmo horário, estar também trabalhando na SES/DF. Daí



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

resulta que não ficou comprovado o cumprimento predominante da jornada de 40 horas nos últimos três anos que antecederam a aposentadoria.”

7. Assim, considerando que, ao presente caso, não se aplicam as preliminares levantadas (decadência e perda de objeto), que a defesa, no mérito, carece de elementos hábeis a comprovar a existência de compatibilidade de horários entre os cargos acumulados e, enfim, que os documentos trazidos aos autos, ao contrário, evidenciam a impossibilidade de o servidor, enquanto na atividade, cumprir as cargas horárias cumuladas de forma conciliada, conclui a unidade técnica pela improcedência das razões de defesa sob análise.

8. Contudo, traz a lume caso precedente, entendendo-o assemelhado ao destes autos, em que o Tribunal decidiu alertar a jurisdicionada para a possibilidade de redução dos proventos da aposentadoria para valores correspondentes à carga horária de 20hs, se restasse evidenciada a impossibilidade do cumprimento da carga horária de 40 hs nos dois vínculos (Decisão nº 4.611/2012, reiterada pela de nº 388/2013 – Processo 24416/2011).

9. Ressalta que esse entendimento seria igualmente perfilhado pelo e. TCU, consoante acórdãos da Segunda Turma (de nº 4.974/2009 e 4.390/2010) destinados a esclarecer as opções disponíveis aos servidores cujas aposentadorias fossem consideradas ilegais devido à ilicitude de acumulações de cargos por incompatibilidade horária (ambos os vínculos exigiriam o cumprimento de 40 horas semanais), orientando os órgãos jurisdicionados envolvidos e os interessados sobre a possibilidade de opção por apenas uma das concessões ou da permissão de acúmulo, condicionada a que a última concessão ocorresse sob o regime de 20 horas semanais.

10. Dessarte, como não restou comprovado nos autos o efetivo cumprimento da carga horária de 40 horas semanais como jornada predominante dos últimos três anos anteriores à presente aposentadoria, sugere o órgão técnico, ao encerrar, orientado pelo juízo acima destacado, que o presente feito volte a ser convertido em diligência, para que a SES promova alterações no fundamento legal da concessão em testilha e nos respectivos proventos, de forma a prosperar a inativação no regime de 20 horas semanais.

11. Os autos vieram, assim, ao Ministério Público, para sua manifestação regimental, também entendendo que não devem prosperar as razões de defesa apresentadas.

12. De plano, não assiste razão ao defendente quanto à alegação de decadência na presente hipótese, como preliminar de mérito, e, por tabela, da perda de objeto, com supedâneo no art. 54 da Lei federal nº 9.784/99 (equivalente ao previsto no § 2º do art. 178 da LC distrital nº 840/11), já que o prazo decadencial foi aberto com a ciência inequívoca da acumulação por parte deste Tribunal, o que se deu ao ensejo da apreciação inicial, para fins de registro, do ato de aposentadoria tratado nestes autos.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

13. Não bastasse este entendimento, cabe anotar outro fundamento, consubstanciado em acórdão proferido pela 1ª Seção do STJ, no sentido de que a acumulação inconstitucional de cargos é mácula que se posterga no tempo, não sendo aplicável o prazo quinquenal para sua revisão. Vejamos a respectiva ementa:

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS. DEMISSÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADA. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. OFENSA. INEXISTÊNCIA. NULIDADE DO ATO DE REDISTRIBUIÇÃO DO CARGO PÚBLICO FEDERAL. MATÉRIA QUE NÃO É OBJETO DA IMPETRAÇÃO. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPETRAÇÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. LITISPENDÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA.

1. A acumulação ilegal de cargos públicos, expressamente vedada pelo art. 37, XVI, da Constituição Federal, caracteriza uma situação que se protraí no tempo, motivo pelo qual é passível de ser investigada pela Administração a qualquer tempo, a teor do que dispõe o art. 133, caput, da Lei 8.112/90.

2. É firme o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que 'atos inconstitucionais jamais se convalidam pelo mero decurso do tempo' (ADI 1.247 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, STF, Tribunal Pleno, DJ 8/9/95).

3. Verificada a existência de acumulação ilegal de cargos públicos e não solucionada a questão pelo servidor até o fim do procedimento administrativo disciplinar contra ele instaurado, não resta à Administração outra alternativa do que a aplicação da pena de demissão do cargo público, nos termos do art. 133, § 6º, da Lei 8.112/90.

(...)

7. Segurança denegada. *Custas ex lege*. Sem condenação em honorários advocatícios.”

(MS 20148/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, julgado em 11.09.2013, DJe 18.09.2013.)

14. Quanto ao mérito da indigitada acumulação, acúmulo este, em tese legal, haja vista ambos serem em cargos privativos de profissionais de saúde, não há do que discordar da análise expendida pela diligente unidade técnica, eis que, à luz da Constituição Federal de 1988, os proventos de aposentadorias decorrentes de acumulações permitidas somente podem prosperar quando restar caracterizada a compatibilidade de horários no exercício dos respectivos cargos, o que não ocorreu no presente caso.

15. Com efeito, se dúvidas havia em relação ao cumprimento desse requisito constitucional nos primeiros momentos de apreciação deste feito, muito mais por conta de declarações inconsistentes oriundas do Senado Federal, parecem-nos agora todas dissipadas diante de todo o acervo probatório dos autos. Em especial, pelo cotejo das



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

cópias de folhas de ponto assinadas pelo servidor tanto naquele órgão quanto na SES/DF, relativas ao período de julho/2006 a agosto/2009, donde se observam inúmeras sobreposições de dias e horários entre os cargos acumulados, a revelar que não exercera suas funções, num e/ou noutro órgão, durante todas as 60 (sessenta) horas semanais a que se obrigava a cumprir nos dois vínculos, o que também está a ancorar, por conseguinte, o entendimento de inexistência de conciliação horária na hipótese.

16. Noutro giro, considerando a impossibilidade fática de se estar em dois lugares ao mesmo tempo, a certificação, pelo servidor, por meio da assinatura de folhas de ponto, do cumprimento regular de cargas horárias sobrepostas configura prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e ofensa aos princípios da administração pública, notadamente os da legalidade e da moralidade, além de violação aos deveres profissionais de probidade, honestidade e lealdade administrativa, constituindo, pois, ato de improbidade administrativa, assim definido nos termos do art. 11¹ da Lei nº 8.429/92, sujeitando o responsável às cominações previstas nessa norma, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas em legislação específica².

17. Vale notar que a Lei nº 8.112/90, aplicável (com sua redação original) nesta unidade federativa ao tempo da indigitada ocorrência, estabelecia como infração punível com demissão (ou cassação da aposentadoria, em se tratando de servidor inativo) a prática de ato de improbidade administrativa (art. 132, inc. IV), como ainda preconizava a perda do cargo e a restituição do que houvesse o servidor percebido indevidamente, na hipótese de acumulação proibida e concomitante comprovação de má-fé apurada em processo disciplinar (art. 133, § 1º). Prescrições semelhantes constam do atual estatuto funcional do servidor público distrital (LC nº 840/11, arts. 48, § 6º, II, 194, I, b, 202 e 203).

18. Registre-se, ainda, antecipadamente, não merecer cabimento eventual alegação de prescrição da pretensão punitiva estatal em face do ilícito apontado, pois tanto o regime jurídico anterior (art. 142, inc. I, § 1º) quanto o atual (art. 208, inc. I, § 1º) preconizam que o prazo correspondente (de cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão ou cassação de aposentadoria) começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido, o que, na presente hipótese, tornou-se evidente apenas nesta etapa processual,

¹ “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: (...)”

² “Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

(...) III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.”



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

por meio do acervo probatório acostado aos autos em atenção à última diligência ordenada por esta Corte.

19. Sob tais considerações, dada a gravidade da conduta funcional relatada, a exigir cominações não só na esfera administrativa, como também na cível e na penal, deixa este *Parquet* de consentir com a proposta de encaminhamento concebida pelo órgão instrutivo para salvaguardar o acúmulo de proventos pelo defendente, até porque o caso paradigma não apresentava aparente ilícito de natureza semelhante ao aqui observado.

20. Contrariamente à indigitada sugestão, uma vez já exercido o direito de defesa facultado ao servidor, a qual, no mérito, não merece subsistir, adequado propor o imediato julgamento do ato de concessão de aposentadoria ora tratado pela ilegalidade, negando-lhe registro, eis que ilícita a acumulação remunerada de cargos em que incorria, especificamente, por violação ao requisito de compatibilidade horária, condicionante essencial de regularidade exigida pela Constituição Federal (art. 37, XVI).

21. Nesses termos, além dos consectários legais decorrentes de tal julgamento, cabe determinar à SES que instaure processo disciplinar em face do servidor inativo José Silvério Assunção, com vistas à apuração do ilícito funcional discriminado no parágrafo 16 deste opinativo, nos termos da LC nº 840/11, dando posterior ciência a esta Corte dos respectivos resultados.

22. Por último, tendo em conta caber ao Ministério Público do DF e Territórios a apuração de atos que importem em improbidade administrativa em quaisquer das formas previstas na Lei nº 8.429/92, bem como considerando o entendimento sufragado na Decisão-TCDF nº 6/2006-AD³, carece seja desde já autorizado o encaminhamento de cópia da documentação pertinente àquele d. *Parquet*, para as providências que julgar cabíveis.

23. Ante o exposto, opina o Ministério Público pela adoção das medidas delineadas nos parágrafos supra.

É o parecer.

Brasília, 14 de julho de 2014.

Márcia Farias
Procuradora

³ “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a orientação deduzida pelo Ministério Público de Contas, decidiu: I - firmar entendimento no sentido de que o momento adequado para o envio de documentos que apontem a existência de indícios de atos tipificados como crime comum ou de responsabilidade, ou de improbidade administrativa, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a outros órgãos e instituições é o do conhecimento da documentação pelo Plenário; (...).”